

Reflexões sobre o Quase-Mercado Educacional Brasileiro e a Popularização da Ciência Enquanto Projeto de Nação

Alessandra Aparecida Machado Carlo
Cristian Correna Carlo

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar a possibilidade de estar em curso uma gradativa redução da presença dos conteúdos científicos na formação do egresso das instituições privadas de ensino superior no Brasil. Partindo de uma revisão bibliográfica, elaborou-se um questionário para entrevista de uma amostra não probabilística de professores de faculdades privadas de Belo Horizonte - MG. Os resultados apontam para uma possível redução da importância do papel dos conteúdos científicos na formação do perfil do egresso, em parte motivada pelas estratégias mercadológicas de um quase-mercado educacional mais preocupado com a função utilitarista do ensino superior dentro de uma perspectiva liberal da função educacional.

Palavras-Chave: educação superior, quase-mercado, ensino privado, ensino científico.

1. Introdução

A educação de nível superior no Brasil tem sofrido grandes transformações ao longo dos últimos anos. Seguindo orientações de organismos internacionais, ocorreu nos anos 1990 uma expansão da oferta de ensino superior no País com a instituição de um quase-mercado educacional de nível superior. (BERTOLIN, 2011). (SOBRINHO, 2002a). O resultado foi uma explosão de Instituições de Ensino Superior (IES's) e de matrículas de alunos. Hoje temos, aproximadamente, 75% dos alunos de nível superior vinculados a instituições privadas (INEP, 2014).

Mediante o discurso de eficiência, produtividade e competitividade, o mercado educacional passou a representar uma oportunidade de negócio para instituições antigas, entrantes e grandes grupos educacionais. Assim, o quase-mercado educacional de nível superior cresceu sob constante interferência governamental, principalmente no que diz respeito aos critérios e processos avaliativos dos cursos (como o de credenciamento, recredenciamento e o Exame Nacional de Cursos, o Enade), e à farta disponibilidade de financiamento (principalmente FIES e ProUni), financiamentos estes que sofreram sérias restrições e causaram mudanças importantes nas estratégias das empresas do mercado no ano de 2015.

Atualmente, em um contexto de retração da demanda, as empresas privadas de educação superior se veem desafiadas a reduzir a ociosidade e manter os níveis de rentabilidade dos negócios. Por conseguinte, as estratégias de posicionamento dos cursos superiores ofertados tendem a adaptar suas propostas de valor na busca de melhorar suas margens.

Para tal, em uma visão mercadológica-institucional, conteúdos e metodologias vistos como não atrativos ao mercado poderiam estar sofrendo redução e/ou eliminação das grades curriculares dos cursos superiores ofertados, mediante o discurso de adequação dos currículos às novas tecnologias, metodologias de ensino e, principalmente, ao mercado de trabalho.

Neste cenário, as IES's poderiam estar atuando na preparação dos alunos com vistas à sua qualificação de acordo com “competências” e “habilidades” pré-definidas, na estrita perspectiva de atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho. (SOBRINHO, 2002a).

Assim, pode-se chamar os profissionais da educação à reflexão sobre as possíveis consequências para a formação do egresso de instituições privadas de ensino superior e as prováveis implicações para o futuro da sociedade diante de uma possível orientação liberal utilitarista e imediatista no mercado educacional de nível superior no Brasil.

Este trabalho pretende avaliar a possibilidade de que os conteúdos científicos presentes nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) estejam, paulatinamente, sendo reduzidos mediante uma atuação institucional para a “adequação” do “produto” educação. Objetivou-se avaliar a percepção do corpo docente das IES's privadas na cidade de Belo Horizonte quanto à redução da importância dos conteúdos científicos (como programas de iniciação científica, disciplinas de projeto de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso e outros conteúdos acadêmico-científicos) na proposta de formação do perfil do aluno egresso de instituição privada de nível superior.

Com esta abordagem, acredita-se poder contribuir com o meio acadêmico na discussão de alternativas de regulação estatal sobre o quase-mercado educacional brasileiro, no intuito de melhorar a qualidade da educação privada de nível superior pela discussão sobre a presença de conteúdos científicos que promovam criticidade e cultura científica nos alunos, com vistas à construção de uma nação mais igualitária e justa.

2 - Uma Mudança Histórica na Educação Superior Brasileira

A abertura de mercado promovida pelo governo de Fernando Collor de Melo trouxe ao Brasil profundas alterações políticas, econômicas e sociais. Muitos setores da economia brasileira sofreram com a falta de competitividade internacional, outros puderam se desenvolver e alcançar mercados externos. O governo Itamar Franco reduziu a inflação e estabilizou a moeda, conferindo maior previsibilidade para a economia.

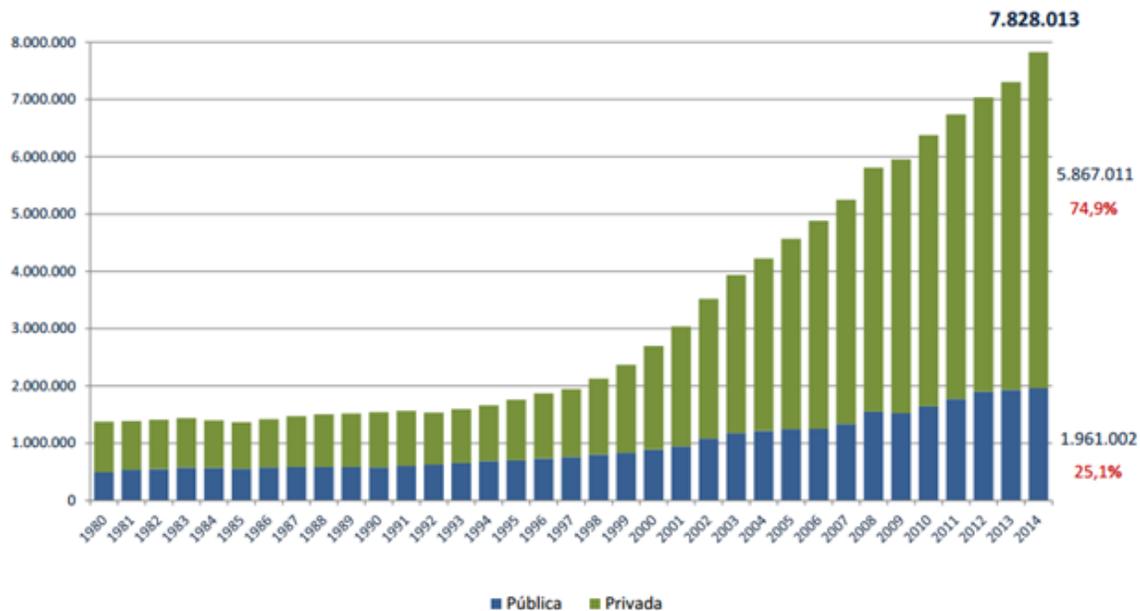
O governo de Fernando Henrique Cardoso (ministro da fazenda do governo Itamar Franco), seguindo diretrizes de organismos internacionais (BERTOLIN, 2011) (SOBRINHO, 2002a), *“efetiva alterações significativas na educação, envolvendo as políticas públicas de avaliação institucional e educacional, o funcionamento dos sistemas de ensino, suas concepções, o currículo dos cursos etc.”*. (SILVEIRA, 2012, p.9).

Pode-se afirmar que a reforma empreendida no governo Cardoso traduz fielmente as propostas apresentadas pelo diretor geral da Unesco, Federico Mayor, por ocasião do colóquio internacional *E o desenvolvimento*, realizado em Paris em 1994, incorporadas ao relatório *Educação - um tesouro a descobrir*, coordenado por Jacques Delors, publicado no ano de 1996, cuja nota introdutória é de Paulo Renato de Souza, então Ministro da Educação. (SILVEIRA, 2012, p.9).

As diretrizes da política educacional lançadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso seguiram nos governos subsequentes (governos Lula e Dilma Rousseff), o que acabou por elevar significativamente o número de estudantes cursando universidades, centros universitários e faculdades privadas de ensino superior.

Os dados do Censo da Educação Superior (2014) elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) deixam evidente a importância das IES's privadas na matriz institucional da atual rede educacional brasileira.

Gráfico 01 – Evolução das Matrículas de Educação Superior nas Redes Pública e Privada.



Fonte: MEC/Inep

Fonte: INEP, 2014.

O crescimento das Instituições de Ensino Superiores (IES's) privadas foi, no período de 1994 (governo FHC) a 2014 (governo Dilma Rousseff), o grande impulsionador de uma *explosão* de matrículas de alunos de nível superior no Brasil. Com efeito, hoje, temos aproximadamente, 74,9% dos estudantes de nível superior cursando instituições particulares. (INEP, 2014).

Hoje, as instituições particulares de ensino superior oferecem uma infinidade de antigos e novos cursos de bacharelado e superior tecnológico (tecnólogos) na perspectiva de complementação das obrigações constitucionais do Estado, sujeitas a concorrência de mercado (como qualquer empresa privada) e à regulação imperfeita de suas atividades pelos órgãos governamentais competentes.

3 – O Quase-Mercado do Ensino Superior Brasileiro

Há anos o mercado brasileiro de ensino superior convive com a oferta privada de ensino, não sendo, a princípio, algo que represente uma novidade para a sociedade. Entretanto, as mudanças estruturais na década de 1990 propiciaram o aprofundamento dos mecanismos de mercado na educação superior brasileira, com a instituição de um quase-mercado.

“Quase-mercado” é um termo utilizado para designar contextos econômicos em que, apesar da existência de financiamentos e regulações governamentais, também há presença de mecanismos de mercado. Como qualquer mercado, os quase-mercados estão sujeitos a falhas, e são regulados e fiscalizados pelo governo com o objetivo de maximizar o valor para a sociedade. Geralmente, sofrem interferência do governo no lado da demanda, subsidiando renda, e do lado da oferta, por meio de subsídios. (BERTOLIN, 2011).

Os argumentos que defendem este modelo, conforme o mesmo autor, originam-se de posições favoráveis à competição pela busca de maior produtividade e eficiência, com melhoria da qualidade e equidade no provimento de serviços educacionais. Também são frequentemente usados argumentos de natureza fiscal relativos aos orçamentos restritivos.

Neste quase-mercado educacional de nível superior, predomina a lógica do desempenho, eficiência e competitividade; por vezes a influenciar currículos, atividades didático-pedagógicas e o perfil do docente, além de submeter a pesquisa ao critério de utilidade imediata, como requerida, em geral, pela indústria. Assim, as universidades e os pesquisadores perdem para o mercado a capacidade de definir currículos e atividades de pesquisa, e o ensino se volta para a preparação para a ocupação de postos no mercado de trabalho, com a valorização exacerbada do desenvolvimento de competências e habilidades, objetivos tradicionais da educação na economia capitalista. (SOBRINHO, 2002a).

No quase-mercado educacional, a educação e os conhecimentos tendem a ser uma quase-mercadoria para uso do indivíduo e dos grupos de clientes ou consumidores que a podem possuir. A formação plena do ser humano tende a se reduzir, na educação superior instrumentalizada para o mercado, ao sucesso individual, especialmente a capacitação para os empregos, quer eles existam ou não. (SOBRINHO, 2002b, p.1)

No quase-mercado educacional, a qualidade do ensino é aferida pelas avaliações do governo por meio de exames de cursos, com divulgação de rankings destinados a utilizar a competição entre as instituições como instrumento de melhoria da qualidade. Estes rankings, definidos como instrumentos de avaliação de larga escala, são utilizados como critérios de alocação de recurso, o que não necessariamente eleva a qualidade do ensino, podendo uma IES adotar um posicionamento mercadológico em faixa de custo/benefício aceitável para o mercado. (SOUZA e OLIVEIRA, 2003).

Não raramente, novos cursos são criados na perspectiva da absorção da demanda iminente e, em muitos casos, para atingir segmentos especiais (nichos de mercado). Cursos são criados a partir de disciplinas, surgem cursos superiores de curta duração oferecendo noções mais rápidas e superficiais contemplando competências mínimas para a atuação profissional, de caráter utilitário, funcional e operatório. Parece nítido, então, que a preparação de mão-de-obra busque estar de acordo com as “competências” e “habilidades” na perspectiva de atender a necessidades imediatas do mercado. (SOBRINHO, 2002a).

Assim, torna-se natural que um diploma de curso superior seja visto como a finalidade maior do aluno cliente, reduzindo-se a importância de qualquer outra visão de formação possível (inclusive a científica). Em uma livre concorrência pela preferência do estudante em potencial, moldam-se valores que vão ao encontro da comunhão de interesses entre instituição de ensino e mercado consumidor.

4 – A Popularização da Ciência como Projeto de Nação

O desenvolvimento de um país se atrela, não só à geração do conhecimento, mas também à capacidade de mantê-lo em uma nova sociedade de incrível poder de obsolescência de produtos e conceitos. A ciência, cada vez mais, torna-se a força motriz do conhecimento.

Gradativamente, o conhecimento científico toma conta das decisões e ações do homem, a tal ponto que, no fim do segundo e início do terceiro milênio, vivemos na chamada sociedade do conhecimento. (KÖCHE, 2011, P.43).

Sobre o papel da ciência, Soares (2011) lembra a visão de Paulo Freire, o qual entendia ser a pesquisa a via para a busca de conhecimento.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino

contínuo buscando, reprocuro. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire apud Soares, 2011, p.29).

Tanto Quadros (2007) quanto Maia (2008) convergem para a visão de que a ciência (pesquisa científica) promove um aumento da capacidade crítica e, por conseguinte, amplia as potencialidades do indivíduo; enquanto Tedesco (2009) apresenta argumentos centrais para a busca de uma formação científica reflexiva, mais apropriada ao novo cidadão, listando em primeiro lugar a necessidade de não deixar que a ciência ocupe o papel de grande fator de fracasso escolar, para converter-se em instrumento de acesso ao que chamou de “conhecimento socialmente significativo”. O mesmo autor também ressalta a importância da contribuição da ciência na construção da moral e dos valores éticos.

Os dilemas éticos com os quais enfrentamos estes debates e problemas requerem a presença de determinados valores, sem os quais a Ciência ou o conhecimento se tornam meros comportamentos tecnocráticos, da mesma maneira que os valores éticos sem fundamento científico podem transformar-se em mera retórica. (TEDESCO, 2009, p.165).

No atual contexto, não é absurdo pensar que o caminho a trilhar para o desenvolvimento de um país possa ter estreita relação com o grau de conhecimento e valorização da ciência no dia a dia por parte de seu povo.

Nos países mais avançados, o público está bastante a par dos principais conhecimentos científicos. Disso se encarrega a educação primária, secundária e universitária, e também a mídia. Esses segmentos da sociedade vêm fazendo isso há décadas; em alguns casos (Inglaterra, Alemanha, França), séculos. Isso faz com que a ciência nesses países seja aceita e estimulada pela população por meio de seus representantes. (IZQUIEDRO, 2009, p.144).

Não obstante e além do senso comum, no Brasil, a população parece não valorizar a ciência o quanto se deveria. Segundo Severino (2007a), a tradição das universidades brasileiras não tem como característica a valorização da pesquisa. O pesquisador afirma que a “*tradição cultural brasileira privilegia a condição da Universidade como lugar de ensino,*

entendido e, sobretudo, praticado como transmissão de conhecimentos.” (SEVERINO, 2007b).

Persiste, no Brasil, uma crença generalizada de que “ciência é coisa do primeiro mundo”; ou, pelo menos, alheia ao país. Ignora-se, ou não é levada a sério, a Ciência feita no Brasil. Isso desestimula nossos legisladores, governadores, ministros e autoridades em geral a promover nosso desenvolvimento tecnológico. Como a palavra “Ciência” designa uma coisa exótica ou ignorada, não dá votos. Isso cria um círculo vicioso de menosprezo de nosso próprio país, que é visto assim como irremediavelmente atrasado e subdesenvolvido; algo assim como um país condenado por sua incapacidade intrínseca de ocupar os últimos degraus entre as nações, exceto no referente a futebol ou samba. Além disso, e em parte como consequência disso, existe no Brasil um profundo e generalizado menosprezo pela cultura, praticado por meio da burla ou da zombaria. Concentram-se esforços na promoção da cultura dita popular às expensas da cultura e do conhecimento reais. O povo é quase que sistematicamente ensinado a rir daquilo que não é cultura popular, e a adorar o que lhe impingem como tal. (IZQUIEDRO, 2009, p.144).

Já Tedesco (2009) salienta o papel da ciência na formação de um povo e as consequências favoráveis para a construção de um pensamento cidadão, capaz de alterar o curso da sociedade pelo empoderamento da consciência política.

[...] não se trata de que os cidadãos se constituam especialistas em todas as disciplinas científicas e possuam um conhecimento fluído de seus conteúdos, mas que tenham capacidade para julgar a pertinência de determinados projetos ou argumentos de especialistas e responsáveis pela tomada de decisões na política. Isto também se refere aos próprios tomadores de decisões, que devem fazer valer suas decisões frente aos argumentos técnicos dos cientistas. (TEDESCO, 2009, p.170).

Muitos alunos de graduação das escolas particulares de ensino superior no Brasil têm, no decorrer do curso de graduação, sua primeira, e às vezes única, oportunidade de “viver” ciência. Tem-se então sua iniciação científica.

Em seu trabalho, Maia (2008) ressalta a importância da iniciação científica como apoio teórico e metodológico na construção de novas mentalidades.

A iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade nos alunos, que, de simples repetidores, passam

a criadores de novas atitudes e comportamento, através da construção do próprio conhecimento.”. (MAIA, 2008, p.3).

Ao longo dos cursos superiores, disciplinas como a de Projetos de Pesquisa, Monografias e/ou de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) surgem com muita relevância pela função de iniciar o aluno de graduação na pesquisa científica, logo, ajudar a democratizar o pensamento científico. Em sua abordagem sobre o tema, Tedesco (2009) alerta as instituições de ensino para a necessidade de avaliar conteúdo e forma, preocupando-nos também com um bom planejamento focado na transmissão dos conceitos científicos.

A formação científica que requer atualmente o desempenho do cidadão não é a formação tradicional. Para formar um cidadão reflexivo, o ensino das Ciências deve ser proposto tanto em seus conteúdos quanto nas formas de transmissão. (TEDESCO, 2009, p.162).

Atualmente, no contexto acadêmico de nível superior, em um quase-mercado sujeito a regulação imperfeita e enfrentando uma profunda crise de demanda iniciada em 2015 e aprofundada em 2016, acredita-se caber em 2017 um olhar sobre as formas e os mecanismos de um possível empobrecimento científico, a exacerbar uma falha de mercado preocupante para a formação dos alunos de nível superior, sobretudo nas IES's privadas do País.

5 – Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a construção da argumentação central deste trabalho no intuito de evidenciar o caminho histórico que levou o Brasil a um cenário de compartilhamento da função educacional do Estado com a iniciativa privada e a criação de um quase-mercado educacional de ensino superior.

Foram realizadas 10 (dez) entrevistas estruturadas com professores de 5 (cinco) instituições tradicionais de ensino superior privadas no município de Belo Horizonte. Todos os entrevistados são professores experientes, tendo atuado em, pelo menos, duas instituições de ensino superior diferentes.

Por meio desta amostragem não probabilística realizada em março de 2016, buscou-se avaliar o tempo de docência médio dos entrevistados, assim como suas percepções quanto à redução da presença dos conteúdos científicos na formação do novo profissional, egresso de cursos superiores nestas IES privadas.

A característica principal das técnicas de amostragem não probabilística é a de que, não fazendo uso de formas aleatórias e seleção, torna-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Dito de outro modo, não podem ser objetos de certos tipos de tratamentos estatísticos. (MARCONI e LAKATOS, 2007).

Desta foram, procurou-se menos uma representatividade do universo de docentes de curso superior, e mais a opinião deles, intencionando apenas a avaliação da presença (ou não) das formas que corroboram as hipóteses elaboradas pelo pesquisador, sugeridas a partir da análise dos autores pesquisados.

6 – Coleta e Análise dos Dados

Foram realizadas entrevistas nas quais se avaliou o tempo de docência dos entrevistados e sua percepção a respeito da redução de conteúdos científicos no arcabouço teórico ofertado pelas IES's pesquisadas. Para avaliar esta percepção, primeiramente, foi estimulada a opinião “livre” do entrevistado, sem apresentação de hipóteses pré-determinadas, o que aconteceu em uma segunda etapa, com a leitura de 7 (sete) possíveis formas pelas quais a redução do conteúdo científico estaria acontecendo na instituição pesquisada.

O tempo médio de docência apurado para a amostra de professores entrevistados foi de 10,4 anos. Quando perguntado se o entrevistado percebia a redução da presença de conteúdos científicos na formação do egresso, 10 (dez) docentes (100% dos entrevistados) alegaram que percebiam, “sim”, este fenômeno nas suas instituições.

Quando perguntados sem a apresentação de opções pré-determinadas (respostas espontâneas), sobre sua opinião *quanto às formas pelas quais aconteciam as reduções de conteúdos científicos*, foram anotadas as respostas que, posteriormente, foram classificadas quanto às formas mais comuns de práticas liberais no quase-mercado educacional de ensino superior abordado por Sobrinho (2002a), a saber: alteração nos currículos (S1), alteração de práticas didático-pedagógicas (S2) e baixo investimento no professor (S3).

Adicionalmente, foram classificadas com a letra “M” as alternativas que não correspondiam diretamente às três práticas pesquisadas (S1, S2 e S3), mas faziam referência a uma visão mercadológica da educação, o que poderia justificar indiretamente a resposta do entrevistado.

Quadro 01: Respostas espontâneas dos docentes.

Opiniões Livres	Classificação			
	S1	S2	S3	M
IES's exige titulação, mas não as utiliza para finalidades acadêmicas.	S1	S2		
IES tende a acompanhar (copiar) as outras instituições e não cria nada de novo.				M
IES's reagem à mudança de cenário (mercado)				M
Existe muita informação, em vários meios.		S2		
Mudança no perfil dos alunos que interagem com a tecnologia, porque tem que fazer sentido.		S2		
Há um predomínio do "financeiro" em detrimento do "acadêmico".				M
Há uma redução do nível dos alunos, e a instituição de ensino vai junto.				M
Há estímulo externo (além da sala de aula) para que a redução dos conteúdos científicos ocorra.				M
Ementas e Matrizes mais orientadas para o prático.		S2		M
Diminuição da carga horária	S1			
Perda do conteúdo científico nas disciplinas.	S1	S2		
Adequação à demanda do mercado.				M
Pouco valor dado à ciência.				M
Querem título, mas não para pesquisa, só para o MEC.				M
Pela falta de interesse em produção científica.	S1	S2	S3	
Pela falta de parceria com instituições de pesquisa.			S3	
Pela dificuldade de obtenção de bolsa de pesquisa.			S3	
Pela redução de hora/aula.	S1			
Conteúdos científicos resumidos, com uso de tecnologias que não estimulam o estudo.	S1	S2		
Pelo uso de apostilas.		S2		
Pelo uso abusivo de slides para o repasse do saber (no caso do EAD)		S2		
Pela mercantilização do ensino.				M
Pela prioridade ao mercado de trabalho.		S2		

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise do Quadro 01 sugere que há, sim, a percepção do grupo de docentes no que diz respeito às múltiplas formas de reação das IES's pesquisadas na direção da menor participação dos conteúdos científicos na formação do egresso destas instituições.

Quando lidas as 7 (sete) opções de hipóteses sobre formas de redução de conteúdos científicos pela IES, foram dadas ao entrevistado as opções de resposta "sim", "não" e

“talvez”. Os dados obtidos nesta etapa estão apresentados no Quadro 02, em número de observações no total de 10 docentes.

Quadro 02: Respostas sugeridas aos docentes.

	Sim	Talvez	Não
A - Redução paulatina das disciplinas de caráter científico nas grades curriculares dos cursos superiores.	8	0	2
B - Redução paulatina dos conteúdos científicos nas ementas das disciplinas.	9	0	1
C - Alteração nas avaliações dos trabalhos acadêmicos.	7	1	2
D - Imposição institucional de conteúdos de menor caráter ou rigor científico.	5	2	3
E - Mudança de perfil de atividades acadêmicas a privilegiar atividades relacionadas ao mercado de trabalho.	10	0	0
F - Pouco incentivo à publicação do corpo docente.	8	2	0
G - Pouco incentivo à titulação acadêmica dos professores.	4	4	2

Fonte: elaborada pelos autores.

As alternativas A e B referiam-se às formas sugeridas para influenciar currículos (S1), as alternativas C, D e E referiam-se à alteração de atividades didático-pedagógicas (S2) e as alternativas F e G referiam-se às formas que envolviam a profissionalização do docente (S3), também de acordo com Sobrinho (2002a).

O Quadro 02 parece consolidar a percepção advinda da análise do Quadro 01, a de que há uma redução da importância dos conteúdos acadêmicos nas atividades das IES's pesquisadas, com destaque para a mudança de perfil de atividades acadêmicas a privilegiar atividades relacionadas ao mercado de trabalho, redução dos conteúdos científicos nas disciplinas, redução das disciplinas de caráter científico nas grades curriculares e pouco incentivo à publicação do corpo docente.

7 – Considerações Finais

A ciência não é um problema para a formação de um povo. Pelo contrário, a evolução do indivíduo (e de uma nação) depende de uma sistemática análise crítica da trajetória ética que se renova à luz da pesquisa científica. A ciência torna o homem crítico, e tal criticidade é herdada da pesquisa pelo ensino, os quais, de tão indissociáveis, obrigam-se, pesquisa e ensino, a andar juntos como formadores e transmissores do conhecimento ao cidadão. E do cidadão ao país.

Em uma sociedade tecnológica, é temerário o cultivo de uma cultura de desvalorização da atividade científica, sob a pecha de “exótica”, distante ou coisa de *Nerd* chato. O perfil crítico e reflexivo, tão desejável na sociedade moderna, tem origem em cidadãos capazes de valorizar a ciência como geradora de conhecimento. Por sua vez, os cidadãos são mais capazes de exercer sua cidadania pelo papel mais efetivo na avaliação e decisão em nível pessoal ou coletivo, na medida em que esta capacidade lhes possibilita uma maior influência nas decisões políticas.

Em um contexto histórico de desvalorização da ciência, e submetido o quase-mercado educacional brasileiro em 2016 e 2017 a uma crise de demanda pela redução do financiamento público, as IES's privadas, detentoras de, aproximadamente, 75% dos alunos de curso superior matriculados no Brasil, podem enxergar na redução, alteração ou adaptação de conteúdos científicos, estratégias de adequação das propostas curriculares apresentadas nos PPCs dos cursos.

São inúmeras as possibilidades de conteúdos institucionais de caráter mercadológico a contribuir para a criação de identidade de marca em detrimento do enfraquecimento de uma cultura científica já combatida na sociedade brasileira. A ciência parece estar posicionada na contramão do fluxo de pensamento liberal, tornando-se, quem sabe, um empecilho nas estratégias de mercado das instituições privadas de ensino superior.

Talvez pela regulação governamental possa ser invocada a responsabilidade das IES's privadas de ofertar e manter os meios pelos quais os estudantes possam “viver” ciência, em uma perspectiva de formação moral e ética que vá além do viés utilitarista atual, contribuindo para a igualdade de oportunidades educacionais.

Acredita-se que os instrumentos de regulação disponíveis pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o quase-mercado educacional de nível superior possam, e

devam espelhar prioridades que conduzam as IES's à missão, atualmente pouco prestigiada, de prover ao egresso visão e compreensão da cultura científica que move a sociedade moderna.

Fica um grande desafio: o de criticar e propor melhor planejamento, implantação e controle de políticas, programas e ações educacionais de valorização da ciência, mesmo que elementares, em direção a um ensino crítico e libertador, combatendo a cultura do descaso e limpando os caminhos para uma sociedade cientificamente mais inclusiva.

Referências

BERTOLIM, Julio Cesar G. Os *Quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado*. Educação e Pesquisa, São Paulo. V.37, n.2, p.237-248, 2011.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 29^a ed., 2011.

INEP. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior, 2014*.

IZQUIEDRO, Iván Antônio. *Aumentando o Conhecimento Popular sobre a Ciência*. In: WERTEHIN, Jorge; CUNHA, Célio da. *Ensino de Ciências e Desenvolvimento*. Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2^{ed.}, 2009.

MAIA, Roseane Tolentino. *A importância da disciplina de Metodologia Científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior*. Revista Urutágua, Nº 14 – dez. 07/jan./fev./mar. Maringá, 2008.

MARCONI, Marina de A. LAKATOS, Eva M. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 7^a ed., 2007.

QUADROS, Marriete Basseto de. *A Importância da Disciplina de Metodologia Científica nas Universidades*. In: ANAIS – VII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO NORTE PIONEIRO. Educação e Interdisciplinaridade. FAFIJA, Jacarezinho, 2007. P 88-98. ISSN 18083579.

SEVERINO, Antônio, J. *A Prática da Metodologia Científica no Ensino Superior e a Relevância da Pesquisa na Aprendizagem Universitária*. Revista de Pedagogia Caminhos da

Educação, Ed. 01 Ano 01, Set a Dez de 2007b.. Disponível em <<http://www.unicaieiras.com.br/revista1/artigos/Severino/Artigo%20Severino.pdf>>.

SEVERINO, Antônio, J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez Editora, 23^a ed., 2007a.

SILVEIRA, Zuleide S. *Ações e recomendações da Unesco para o Brasil e Portugal, na condição de “partido político”, em torno da internacionalização da educação e do conhecimento. Site Educação Pública.* <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0334_03.html>.

SOBRINHO, Jose Dias. *Quase-mercado, Quase-educação, Quase-qualidade: Tendências e Tensões na Educação Superior*. Revista de Avaliação da Educação Superior. Universidade de Sorocaba. Sorocaba: 2002a.

SOBRINHO, Jose Dias. *Universidade e o “quase-mercado” educacional*. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2002b. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/181-pag11.pdf.

SOARES, Berenice Nunes. *Metodologia Científica de Pesquisa*. Águia - Revista Científica da Fenord. Vol.1. Teófilo Otoni, MG. Set. 2011. Disponível em http://www.fenord.com.br/revistafenord/revista_topicos/MetodologiaCientificapag22.pdf.

SOUZA, Sandra Zákia L.; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Políticas de Avaliação da Educação e Quase-mercado no Brasil*. Educ. Soc., vol. 24, n.84, p.873-895. Campinas: 2003.

TEDESCO, Juan Carlos. Formação Científica para Todos. In: WERTEHIN, Jorge; CUNHA, Célio da. *Ensino de Ciências e Desenvolvimento*. 2.ed. Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2009.